

## Imprensa alternativa durante a ditadura militar: entre contracultura e marxismo<sup>1</sup>

Leopoldo PEDRO NETO<sup>2</sup>

Mestre

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS

### Resumo:

O artigo tem por objetivo tecer algumas reflexões sobre a divisão simbólica entre esquerdas no *lócus* da imprensa alternativa brasileira durante a ditadura militar. Do ponto de vista teórico, a pesquisa se ampara na discussão histórica sobre imprensa alternativa e a sua relação com as esquerdas do período. Na vertente metodológica, busca-se, a partir da divisão categórica de Bernardo Kucinski (2018), entre jornais existenciais e jornais políticos, compreender como essa ramificação no subcampo da imprensa alternativa manifestou-se nos depoimentos de jornalistas resistentes à ditadura. Como resultado, apreende-se que o tensionamento em questão, influenciado por movimentos político-culturais mais amplos, foi responsável por estruturar aspectos políticos, culturais, estéticos e organizacionais dos periódicos alternativos.

### Palavras-chave:

História da Mídia Alternativa. Campo Jornalístico. Ditadura Militar Brasileira.

### 1. Para situar o debate...

Este artigo pretende refletir sobre a classificação simbólica, existente entre as esquerdas brasileiras no período da ditadura militar, que influenciou o subcampo da imprensa alternativa no campo jornalístico: a tensão entre os grupos inspirados na contracultura, que realizavam a contestação no plano da experimentação, dos comportamentos e não eram alinhados às práticas de esquerda ortodoxas; e aqueles agentes influenciados pela *esquerda marxista*, muitas vezes com caráter tenaz contra a ditadura, porém mais tradicionalistas no plano dos costumes. Esse questionamento advém dos resultados da minha dissertação de mestrado, “Construção do *ethos* de resistência jornalística na imprensa alternativa durante a ditadura militar brasileira: estudo dos depoimentos do projeto *Resistir é Preciso*” (PEDRO NETO, 2020). Por seu turno, a pesquisa buscou compreender quais eram as práticas de resistência dos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT História da Mídia Alternativa, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

<sup>2</sup> Jornalista e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: leeeoneto28@gmail.com.

jornalistas no período ditatorial<sup>3</sup>. No desenvolvimento do estudo, passei a analisar os valores e representações desses agentes sob a ótica de um *ethos* de resistência jornalística.

A categoria de *ethos* advém do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2008), que a interpreta como a dimensão do habitus que engloba a carga valorativo-simbólica na qual os agentes percebem a si mesmos e ao mundo social. O *ethos* se molda dentro de um espaço simbólico de relações nomeado como campo, uma categoria apropriada epistemologicamente por Bourdieu na intenção de compreender os universos sociais, as relações de poder, de dominação e o espaço de interações objetivas e subjetivas.

Enquanto ferramenta de operação de pesquisa, o campo parte de certos pressupostos analíticos: trata-se de um *locus* de lutas materiais e simbólicas entre agentes na busca das representações e valores considerados legítimos e dominantes (BOURDIEU, 2015; 2019). O que distribui os agentes em um campo é a sua quantidade de capital – estes econômico, cultural, simbólico e/ou social. Cada campo possui o capital específico que lhe vale mais<sup>4</sup>. Ancorado nas instigantes reflexões bourdieusianas, passei a mergulhar empiricamente na tentativa de compreender aquilo que poderia se chamar de campo jornalístico – e, mais especificamente, o subcampo da imprensa alternativa dentro desse escopo.

Apresentados os devidos preâmbulos pertinentes à construção argumentativa deste artigo, em uma perspectiva de afinamento do debate proposto, parto do pressuposto de que houve uma divisão simbólica<sup>5</sup> na imprensa alternativa brasileira entre os grupos contraculturais e a esquerda ortodoxa<sup>6</sup>. Esta divisão, utilizada por

---

<sup>3</sup> Meu corpus analítico se enquadrou em uma série de depoimentos de jornalistas atuantes na contestação político-cultural à ditadura militar brasileira. Os relatos, nesse sentido, foram realizados por Ricardo Carvalho para a série de televisão *Resistir é Preciso*, um projeto advindo do “Instituto Vladimir Herzog”, instituição não governamental que busca discutir os âmbitos cultural, político e econômico do cenário nacional a partir das consequências dos 21 anos autoritarismo ocorridos no Brasil. O IVH concedeu os depoimentos na íntegra para a realização da minha dissertação.

<sup>4</sup> A intenção aqui é discorrer sobre os caminhos da pesquisa para justificar as reflexões propostas nos objetivos, nesse sentido, não pretendo discorrer rigorosamente sobre as categorias bourdieusianas. Em tal panorama, minhas apropriações do arcabouço bourdieusiano encontram-se na minha dissertação. Para mais, ver: Pedro Neto (2020).

<sup>5</sup> Quando uso categorias como “divisão” ou “tensionamento simbólico”, me refiro às categorias de percepção e apreciação do mundo social condicionadas pelo habitus de classe dos grupos de agentes.

<sup>6</sup> Evidente que como em qualquer relação social complexa, muitas vezes essas manifestações simbólicas apareceram de maneira difusa. O meu ponto se trata de avançar na discussão sobre essas nuances. Preferi utilizar o termo contracultural porque creio que a contracultura foi o movimento que balizou esse foco no comportamento e no experimentalismo, assim como possibilitou alternativas para a contestação ao autoritarismo que não fossem os valores marxistas. Em certos momentos, também posso usar as categorias de heterodoxia e ortodoxia, partindo do pressuposto bourdieusiano de que cada campo possui uma *doxa* – uma forma de conhecimento tão amplamente disseminada que é posicionada fora do escopo de discussão, elencada como natural, normal e ancestral. Nesse sentido, assim como a ortodoxia busca manter a legitimidade do campo, a heterodoxia busca contestá-la. Ver: Bourdieu (1977).

Bernardo Kucinski (2018) para classificar categoricamente a diversidade de periódicos alternativos do período entre os anos de 1964 a 1980, pode ser apreendida nas diversas falas de profissionais do período. Em uma vertente empírica, para intermediar o pressuposto proposto, irei me utilizar de quatro depoimentos de jornalistas analisados na minha dissertação (PEDRO NETO, 2020): Bernardo Kucinski, Maria Rita Kehl, Omar de Barros Filho e Raimundo Pereira.

No que tange à estrutura deste texto, pretendo, para além desta introdução, dividi-lo em outras duas etapas: i) a primeira constrói elementos de análise para se pensar o campo jornalístico no período histórico da década de 1970. Bourdieu (2009) afirma que existem tantos campos quanto um pesquisador for capaz de construir. Com bem aponta Claudia Lago (2015), a categoria em questão deve ser operacionalizada a partir de um empreendimento de pesquisa empírica que a sustente, a guisa de obter suportes analíticos coerentes com a análise estabelecida. Em tal panorama, ressaltarei alguns aspectos do campo jornalístico para, então, discutir a imprensa alternativa – a qual interpreto como um subcampo; ii) a segunda seção, a partir dos depoimentos, busca elementos dessas disputas no período<sup>7</sup>. Ressalto que a minha intenção não é estabelecer conclusões totalizantes sobre o tema, mas avançar no estado da arte da discussão, de forma a desenvolver novos subsídios em relação às categorias propostas por Kucinski (2018).

## **2. A imprensa alternativa no campo jornalístico: fundamentos analíticos**

Embora nos primeiros anos da ditadura, entre 1964 a 1968, a censura à imprensa ainda não tivesse adquirido o caráter sistemático que passou a ter após o AI-5<sup>8</sup>, uma das tensões no campo jornalístico se tratou da tentativa de aparelhamento que o Estado brasileiro, sob a tutela dos militares, buscou realizar em relação às instituições críticas, como a universidade, a indústria cultural e, conseqüentemente, o jornalismo. A repressão política objetivava fechar os espaços públicos de circulação de ideias. Nesse

---

<sup>7</sup> Nesse ínterim, não busco detalhar especificidades dos jornais onde cada agente desempenhou funções. Para tal, ver: Kucinski (2018) e Pedro Neto (2020).

<sup>8</sup> Quando afirmo que a censura ainda não tinha caráter sistemático, de maneira alguma endosso a tese da *ditabranda*, ou de que o AI-5 se trata de um golpe dentro do golpe. Em tal lógica, concordo com a interpretação que Marcos Napolitano (2018) coloca sobre a questão, de que Humberto de Alencar Castelo Branco foi o responsável pelo aparato estatal que fundamentou a repressão política. Historicamente, o que ocorreu a partir de 1968 se trata de uma “resposta” do projeto de poder, este complexo, multifacetado, e até mesmo contraditório, para as oposições, no intuito de legitimar o desenvolvimento autoritário pleiteado pelos militares com apoio da burguesia nacional.

quadro, a imprensa popular, calcada por influências nacionalistas e varguistas, passou a ser cerceada (KUCINSKI, 2018) – panorama inserido na lógica concentracionista que beneficiou os donos dos monopólios de mídia nacionais. Reitera Kucinski (2018, p 37): “Todos os veículos do campo popular, a maioria defensores das reformas de base, fecharam. Muito de seus editores tiveram que se exilar”.

A censura sistemática legitimou-se nas prerrogativas do AI-5, com o decreto-lei n.1077, que atribuiu “a tarefa à Polícia Federal e sintomaticamente permaneceu sigiloso” (KUCINSKI, 2018, p. 78). O autor, por seu turno, reitera o aparelhamento da imprensa convencional à lógica do regime. “Estabelecida a relação de complacência recíproca entre o regime e as empresas jornalísticas, não foi preciso generalizar a censura prévia como instrumento de controle da informação” (KUCINSKI, 2018, p. 79).

A imprensa alternativa, em tal panorama, se insere como uma tentativa do próprio campo jornalístico de manter sua autonomia frente ao aparelhamento. Penso que, embora não se deva superestimar o caráter de resistência dos periódicos, também não é profícuo para a compreensão do fenômeno subestimar a sua importância histórica. Do ponto de vista organizacional-financeiro, por mais que se tratasse de jornais em sua maioria frágeis, a imprensa alternativa fundamentou um espaço público alternativo importante no processo de deslegitimação simbólica da ditadura (NAPOLITANO, 2015; KUCINSKI, 2018).

O campo jornalístico se incorpora no campo da indústria cultural, este muito mais amplo, complexo e contraditório<sup>9</sup>. Encaro a imprensa alternativa como um subcampo, uma tentativa dos agentes de resistir ao aparelhamento estatal. Christa Berger (1998, p. 21), ao se apropriar da categoria de campo para a realidade brasileira, defende que a imprensa detém capital simbólico, “pois é da natureza do jornalismo fazer crer”. Para Berger (1998):

A luta que é travada no interior do campo jornalístico gira em torno do ato de nomear, pois, nele, encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público (...). É esta a luta simbólica que os jornalistas travam no interior do campo do jornalismo em suas concretas e históricas relações de trabalho (BERGER, 1998, p. 22).

---

<sup>9</sup> Não pretendo aprofundar no escopo deste artigo as contradições existentes na consolidação da indústria cultural brasileira na década de 1970. Existem bons autores que fazem a discussão, como Maria Immacolata Vassallo de Lopes (1997), Renato Ortiz (2001), Cláudia Lago (2003) e Marcos Napolitano (2018).

Creio que a citação da autora é muito emblemática para se refletir sobre o processo ocorrido no seio do jornalismo, mais estritamente no que tange à imprensa alternativa. No intuito de consolidar uma hegemonia estatal-militar-burguesa, em um panorama que visava fechar os espaços de discussão pública, o capital simbólico da credibilidade se mostrou crucial no processo de economia das trocas simbólicas da sociedade brasileira do período; pois, a imprensa alternativa justamente buscava discutir, nomear e tornar públicas as contradições de um projeto de poder autoritário ancorado nas contradições de uma sociedade desigual (MELLO; NOVAIS, 1998; NAPOLITANO, 2018; KUCINSKI, 2018).

Feita essa breve construção empírica, posso me deter de maneira mais ampla à questão da imprensa alternativa. O subcampo alternativo ao jornalismo convencional pode ser dividido, como classifica Kucinski (2018), em duas categorias: os jornais políticos e os jornais existenciais.

Os políticos possuíam raízes ideológicas baseadas nas ideias do nacional e do popular da década de 1950 e no marxismo dos meios estudantis nos anos de 1960. São caracterizados por terem aspectos pedagógicos e dogmáticos. No que tange ao seu conteúdo, foram os únicos que perceberam os perigos do crescente endividamento externo, ainda em 1973, e o agravamento das iniquidades sociais. Revelaram novos personagens no cenário brasileiro, como os boias-frias; protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e de protestos; e discutiram temas clássicos das esquerdas marxistas, como o do caminho da Revolução Brasileira e, posteriormente, as estratégias durante o processo de abertura. Apresentavam a linguagem formulada de modo canônico da maioria dos jornais políticos, postura pudica que refletia o marxismo e os preceitos morais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Foram predominantes durante a maior parte do ciclo alternativo.

Os existenciais se inspiraram nos movimentos de contracultura estadunidenses e, juntamente a eles, em filosofias como o orientalismo, o anarquismo e o existencialismo pela vertente do filósofo francês Jean Paul-Sartre. Enfatizavam uma visão crítica aos costumes e buscavam a ruptura cultural, combatiam o autoritarismo na esfera dos hábitos e, também, eram críticos ao que consideravam o moralismo hipócrita da classe média. No Brasil, inseriram ao debate as temáticas da contracultura. Parte de seus protagonistas utilizavam drogas na busca de novas maneiras de percepção da realidade,

em especial o ácido lisérgico (LSD). No plano do engajamento político, esses jornais também realizavam oposição à ditadura, “opondo-se ao regime até mais visceralmente do que os marxistas”; e, nesse ínterim, por mais que seus protagonistas adotassem o existencialismo como fuga da ortodoxia das esquerdas, “mantinham-se nos marcos de uma cultura de esquerda e da crítica intransigente (...). Não criticavam a cultura estabelecida das esquerdas; apenas não a adotavam como filosofia de vida” (KUCISNKI, 2018, p. 13).

Confesso que considero instigante a divisão do autor sobre a organização desse fenômeno. O debate sobre a Revolução Brasileira percorreu as discussões das esquerdas brasileiras, influenciado por autores marxistas proeminentes à época, como o historiador Caio Prado Jr. e o militar pecebista Nelson Werneck Sodré. Galvanizados pela experiência bem sucedida da Revolução Cubana, variadas frações das esquerdas se entusiasmaram com as possibilidades de uma revolução no Brasil<sup>10</sup>.

Por outro lado, a década de 1960 é conhecida no mundo ocidental por contestações à ordem dominante na busca de mudanças dos padrões culturais e comportamentais hegemônicos. Jovens estudantes lideraram embates materiais e simbólicos para conquistar uma miscelânea de novos direitos e de novas formas de ser/estar no mundo, relacionadas à libertação sexual, igualdade de gênero e de raça, antiautoritarismo, anticapitalismo e uma busca por novas experimentações relacionadas às drogas lisérgicas e à maconha. Enquadram-se como expressões máximas desse momento, movimentos como o maio de 1968, a Guerra do Vietnã, os Panteras Negras e a contracultura representada pelos beats e pelos beatniks. Segundo Kucinski (2018, p. 13): “A contracultura aconteceu no capitalismo avançado, visto como forma suprema de dominação psicológica, conforme as ideias em voga de Herbert Marcuse, entre outros”.

Na análise empírica da minha dissertação, pude notabilizar essa diferença entre as categorias propostas por Kucinski n o processo de análise dos depoimentos. Busquei desenvolver a reflexão em uma nota de rodapé, enquanto linha de raciocínio periférica, destarte importante.

Os jornalistas marxistas, muito preocupados com a discussão sobre classe e o engajamento revolucionário, muitas vezes não dispunham de categorias que dessem conta de discussões sobre arte, estética e comportamento. Em contrapartida, artistas e

---

<sup>10</sup> As discussões sobre os caminhos da revolução e suas influencias teóricas podem ser compreendidas em Gorender (2014).

outros agentes não alinhados ao marxismo, ou mesmo que buscassem uma heterodoxia nas discussões da esquerda, passaram a perceber os valores estéticos da obra de arte em detrimento – somente – da sua qualidade política. Entende-se que essa divisão entre as esquerdas na verdade se estrutura em um plano mais amplo do mundo social à época, em que diversos grupos passaram a buscar alternativas à esquerda dominante, muitas vezes alinhada à China (como o PCdoB e a AP) ou à URSS (como o PCB), e produzir novas formas de contestação à ordem social imposta – quando surgem, por exemplo, os movimentos de contracultura nos EUA e na Europa, que tiveram repercussão no Brasil e principalmente n’*O Pasquim*.

A diferença entre esses dois agrupamentos pode ser inferida de maneira disseminada em vários escritos biográficos de agentes do campo. Creio que um dos intelectuais mais autorizados a discuti-la seja Luiz Carlos Maciel, o jornalista responsável por introduzir a contracultura no Brasil a partir de sua coluna “Underground” n’*O Pasquim*:

O movimento underground, o chamado desbunde, era uma contrapartida para aqueles jovens que não se exilaram (ou foram exilados) nem tinham a coragem ou a insensatez de pegar em armas. Era uma atitude bastante condenada, em especial pela esquerda, porque significava participar de um movimento importado dos EUA. Me tornei um dos maiores divulgadores da postura desbundada, que pareceu ser a resposta mais criativa, mais eficiente e mais enriquecedora para a situação que estávamos vivendo. Ainda hoje a considero bastante revolucionária, pelo menos mais do que a esquerda militante e armada, por um lado, e do que a esquerda conformista e colaboracionista, por outro. A incompreensão que a contracultura angariou se deveu à carece de um uns e ao radicalismo de outros (MACIEL, 1996, p. 121-122).

Embora não concorde totalmente com a argumentação de Maciel, enfatizo o foco no comportamento e na experimentação, muitas vezes não compreendido pelos tradicionais jornalistas ortodoxos de esquerda, que malgrado não optaram por luta armada, resistiram na trincheira simbólica – o que também não era atividade fácil. Outro escritor que percebeu essa disposição libertária foi Zuenir Ventura em seu emblemático livro sobre o ano de 1968. Conforme o autor (2018, p. 41-42): “Experimentava-se em todas as áreas, quase sempre pelo simples prazer da descoberta”. Ventura (2018) ressalta:

Quando se perguntava a Caetano Veloso o que o levou a *resgatar* Roberto Carlos, rei do iê-iê-iê, e principalmente, a interpretar *Coração materno*, de Vicente Celestino, um monumento ao mau gosto, ele



responde: “Pela curtição da descoberta em mim mesmo de poder gostar daquilo”. (VENTURA, 2018, p. 41-42, grifo do autor).

Essas duas grandes chaves de resistência perpassaram diferentes esferas de produção simbólica, como a música, a literatura e, por conseguinte, a imprensa. No próximo tópico, busco nos depoimentos analisados elementos para compreender a questão.

### 3. Entre a ortodoxia e a heterodoxia: fundamentos empíricos

Raimundo Pereira pode ser um agente representativo dos jornalistas de esquerda ortodoxos do período, por se tratar de um personagem proeminente da história da imprensa alternativa. No comando de jornais como “Opinião” e “Movimento”, Pereira pensa o fazer jornalístico a partir do socialismo. De acordo com ele:

O [William Randolph] Hearst dizia o seguinte: aqui tá o nível de consciência do povo [sinaliza com a mão], você vai ficar olhando e fazer um pouquinho e um pouquinho mais baixo, pra ganhar dinheiro. Então se você faz uma coisa pra elevar o nível de consciência do povo você perde. E isso é um movimento que pra mim, eu sou socialista, é o oposto do jornalismo socialista. O jornalismo socialista tem que ter como tarefa elevar o nível de consciência e de cultura do povo (PEREIRA, 2010).

Em diálogo com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Pereira mostrou marcas dos valores da esquerda vigente no que tange à produção simbólica: o engajamento para a construção de consciência de classe dos trabalhadores<sup>11</sup>. Omar de Barros Filho, conhecido popularmente como Matico, responsável pelo *Versus*, veículo que se diferenciava do “Opinião” e do “Movimento”, argumenta que a relação dos integrantes do *Versus* com os membros dos dois jornais mencionados se tratava de uma questão de respeito entre os projetos, pois ambos lideravam ações que contestavam a ditadura; porém, em contrapartida, havia discordâncias no que tange às questões de condução editorial-organizacional – Matico classifica seus pares como “dogmáticos” e “ortodoxos”:

Eles não, eles eram caras dogmáticos, ortodoxos, vinham lá com materiais que... documentos que ninguém lia acho que aquilo, nem eles eu acho. Então, a nossas relações eram assim: tinham alguns

---

<sup>11</sup> Sobre a relação de Pereira com o PCdoB, há um embate que envolve Duarte Lago Pacheco Pereira e Bernardo Kucinski, o qual não entrarei por fugir do propósito desta reflexão. Para mais informações, recomendo a leitura de Kucinski (2018).



amigos em comum, a gente respeitava o trabalho deles, respeitavam o nosso e tal (BARROS FILHO, 2010).<sup>12</sup>

Além do relato que notabiliza distintas visões de se fazer jornalismo, a esfera dos comportamentos individuais entre diferentes agentes também é percebido nos depoimentos. A fala da jornalista e psicanalista Maria Rita Kehl particularmente me agrada para mostrar esse processo de embates. Foi a partir do relato de Kehl que passei a perceber mais efetivamente essa tensão no âmbito interno dos jornais. Kehl relatou um estranhamento dos outros jornalistas do *Movimento*, primeiro periódico no qual trabalhou, porque ela se distinguia do comportamento considerado legítimo por seus pares. Destaco os seguintes relatos para enfatizar o meu ponto:

Porque eu não era a típica militante de esquerda. Eu era “hipponga”, eu andava com saia de saco de batata e umbigo de fora e um monte de colar. Eles tinham ódio de mim, o alto escalão (...). Mas tinha gente que eu não preciso dizer, moralista, que não achava que... o figurino da esquerda era jeans, camiseta, jaqueta jeans... (KEHL, 2010).<sup>13</sup>

O pessoal era muito certinho (...). Certinho na vida pessoal, todo mundo casado (...). Eu vinha também dessa coisa que eu to chamando meio hipponga, que era contra casamento, que era a favor de amor livre, eu não era muito a favor de droga, mas no meio em que eu tava maconha era liberada (KEHL, 2010).<sup>14</sup>

Acho extremamente profícua a divisão simbólica que a agente realiza. Em um ambiente de esquerda, permeado por jornalistas que travavam lutas em comum, a agente era julgada por não se encaixar no comportamento dominante do ambiente, sendo classificada sob o rótulo de “hipponga”. Outro ponto interessante levantado por ela se trata de colocar a questão do experimentalismo, apontado por Maciel (1996) e Ventura (2018): a discussão sobre drogas, amor livre e monogamia, influencia da contracultura, não permeava os debates de outros agentes jornalistas – descritos por ela como “certinhos”.

Para além do incômodo com a presença de Maria Rita Kehl, ficou notável também as diferenças de orientação do senso jornalístico prático no tratamento das pautas relacionadas à editoria de cultura –, pois a moral da esquerda vigente na época se preocupava mais com a construção de uma revolução e com o benefício da arte para as classes trabalhadoras do que com os valores estéticos inerentes às obras artísticas –

<sup>12</sup> Omar de Barros Filho. [1:45:18- 1:45:35].

<sup>13</sup> Maria Rita Kehl [7:39- 8:12].

<sup>14</sup> MRK [31:13- 31:43].

disposição que gerou discordâncias entre intelectuais e jornalistas, como bem coloca Kehl (2010): “Porque na cultura é complicado, veja, o jornalismo de esquerda é precioso, mas na cultura é sempre o lugar mais complicado (...)”.<sup>15</sup>

Para exemplificar seu argumento, Kehl relata um episódio a respeito de um artigo sobre um filme, em uma situação na qual ocorreu um conflito entre os jornalistas ligados à ortodoxia da esquerda e os intelectuais e artistas contrários à moral da esquerda para crítica cultural:

Cacá Diegues, Chico Buarque, Joaquim Pedro, Jabor, eram todos do conselho grande, do conselho editorial, apoiadores do jornal. Aí saiu o filme “Chica da Silva”, e aí eu editei, não foi nem que eu tivesse tanta clareza, mas era o meu papel, uma matéria (...) dizendo que o filme tava todo errado. E pondo as coisas nos lugares: “esse filme não serve à causa do povo, porque ele mistifica” (...). Houve uma rebelião o pessoal ameaçou, esse pessoal do Cinema Novo, muito unido, e o Chico Buarque não era do Cinema Novo, mas era um cara que tinha uma concepção de cultura muito mais ampla do que servir à causa. Eles ameaçaram sair do jornal (KEHL, 2010).<sup>16</sup>

Aí lá fui eu, 23 anos (...) fui lá, fiz uma reunião com eles e o que que aconteceu? Eles começaram a me explicar e eu comecei a concordar com eles. Eu comecei a entender que embora a gente fizesse grandes coisas, na parte de cultura tinha uma coisa que era um pouco estrangulada, porque você tinha que comentar ou pra dizer que aquilo era ruim porque não servia à causa do povo ou que era bom porque servia. E a qualidade artística... (KEHL, 2010).<sup>17</sup>

As batalhas simbólicas entre as diferentes percepções de como a editoria de cultura deveria tratar as matérias desvelam a disputa pelo prêmio capital do campo – quem tem o direito de publicar. Certos jornalistas passaram a estranhar a maneira como Kehl lidou com a crítica cultural após o diálogo com os intelectuais colaboradores do jornal:

Muitas vezes eu fazia matérias que depois na reunião, porque tinha uma reunião de pauta e uma de avaliação do jornal. Na reunião de avaliação do jornal diziam: “mas essa matéria aqui? O que que ela diz? O filme é ou não é? Deve-se ler ou não se deve? (...)”. Então tinha uma coisa um pouco tacanha, nesse ponto (KEHL, 2010).<sup>18</sup>

E quando esse pessoal que era do ramo começou a me dizer do que que eles discordavam, eu comecei a concordar plenamente com eles. E tinha um rapaz da sucursal do Rio numa reunião que depois foi dizer

---

<sup>15</sup> MRK [9:23- 9:29].

<sup>16</sup> MRK [9:38- 10:32].

<sup>17</sup> MRK [10:33- 11:03].

<sup>18</sup> MRK [11:04- 11:22].

lá que eu traí o jornal. Quer dizer, eles também eram apoiadores do jornal, e eu concordei com eles. Aí eu traí o jornal... (KEHL, 2010).<sup>19</sup>

A situação mostra que, apesar dos interesses da imprensa alternativa em muitos momentos estarem alinhados, as divergências em torno da organização e do tratamento jornalístico ainda ocorriam. Nessa lógica, Kehl não nega seu pensamento engajado em relação à esquerda, contudo elucida o desalinhamento com a posição ortodoxa:

Eu tinha uma relação com a cultura que não era dogmática. Quer dizer, eu achava que o comentário da cultura tinha que ser um comentário que o estético tinha uma – eu não saberia dizer isso na época, né?– mas tinha sua autonomia sobre a mensagem (...). E também o jeito de viver, o jeito de vestir, o jeito de viver em comunidade. O pessoal era muito certinho, muito certinho (KEHL, 2010).<sup>20</sup>

Eu acho que em cultura, eu escrevia bons artigos. Salvava um pouco a coisa do dogmatismo (...). Eu sempre fui crítica, acontece que a minha crítica nem sempre tinha a ver com a correta posição de esquerda, eu gostava de ser crítica (KEHL, 2010).<sup>21</sup>

O “dogmatismo de esquerda” e a discussão sobre a editoria de cultura também cruzaram o depoimento de Bernardo Kucinski. O agente, nesse sentido, relembra que a seção cultural do jornal *Em Tempo* exigia autonomia plena no processo de organização editorial:

(...) Nós criamos um jornal onde tudo tinha que ser discutido. Então, por exemplo, o editor, que era eu, não podia escrever um título de uma manchete, tinha que ser submetido à uma discussão (...) a um coletivo. Os coletivos eram divididos por editorias, e a editoria de cultura, mais uma vez, que era avançadíssima entre aspas, pós-moderníssima (...). O fato é que inclusive a editoria de cultura não admitia nenhuma interferência de ninguém, eram só eles (...). E eles consideravam, por exemplo, que você diagramar um jornal era uma intervenção de conteúdo, porque a estética implica em conteúdo (...) (KUCINSKI, 2010).<sup>22</sup>

O processo de funcionamento do novo jornal rendeu tensionamentos entre Kucinski e a editoria de cultura. O profissional relata que os membros dessa editoria geravam conflitos por não concordarem com certas visões conservadoras dos outros jornalistas e, também, por exigirem independência total no processo de produção – o que entrava em confronto com o capital simbólico de agentes consagrados do

---

<sup>19</sup> MRK [11:23- 11:41].

<sup>20</sup> MRK [30:43- 31:15].

<sup>21</sup> MRK [46:59- 47:08].

<sup>22</sup> Bernardo Kucinski. [1:34:59- 1:36:37].

subcampo. Nota-se o incomodo dele: “Os editores de cultura, em toda a história da imprensa alternativa política sempre foram um caso à parte. Eles sempre ficavam lá na garagem dos fundos, enchiam o saco, faziam o que queriam (...)”. (KUCINSKI, 2010).<sup>23</sup>. Ainda segundo o agente:

O principal ponto era autonomia, autonomia total na cultura. E isso era inaceitável, né? E também, eles tinham uma visão já mais, eu diria hoje, pós-moderna dos problemas sociais. Não era aquele marxismo-leninismo, luta de classes, aquela coisa assim, entende? Era uma coisa mais sofisticada, a questão do poder masculino, a questão da sexualidade, quer dizer, tudo isso pra eles eram temáticas importantes. Eles foram influenciados, também, que é uma coisa que aconteceu naquela época que é o apogeu da sociologia como instrumento de análise. Então, o jornal O Beijo, ele publica matéria sobre os adolescentes, os jovens, as gangues, abordagem sociológica (KUCINSKI, 2010).<sup>24</sup>

A divisão de *ethos* se torna muito perceptível na fala de Bernardo Kucinski, quando o profissional afirma que a exigência de liberdade total na editoria se relaciona com uma visão “pós-moderna dos problemas sociais” por escapar do “marxismo-leninismo” e da “luta de classes”; além de envolver questões como “sexualidade”, “juventude” e “comportamento” – temas caros à esquerda não-alinhada ao marxismo. As discordâncias chegaram ao ponto em que ocorreu uma dissidência no “Opinião” para discutir temas mais heterodoxos:

No caso do Opinião, eles chegaram a sair do jornal e criar um outro jornal, chamava O Beijo, O Beijo era um jornal da editoria de cultura do Opinião que divergia da caretece do Opinião (...). O Beijo era um jornal que já entra com a temática do homossexualismo [sic], da contracultura e O Opinião era caretíssimo. Um jornal careta, um jornal de mulher que não passa batom, entende? (KUCINSKI, 2010).<sup>25</sup>

Interpreto essa discussão realizada por Kucinski como uma apropriação dos ativistas de esquerda sobre interpretação do conceito de classe social no século XX. O próprio Karl Marx (1996) analisou a lógica de classes como dimensão que estrutura a vida humana de acordo com a determinação histórico-concreta; portanto, uma ferramenta passível de imbricar aspectos como gênero, sexualidade e raça, como depois discutido por autoras como Angela Davis. Porém, muitas vezes o debate sobre classe naqueles espaços se reduzia à dimensão econômica – o que abria brechas para sujeitos,

---

<sup>23</sup> BK [50:13- 50:32].

<sup>24</sup> BK [51:46- 52:42].

<sup>25</sup> BK [50:41- 51:25].

discordantes do certo rigor das categorias que o marxismo propõe à práxis política, buscar outras maneiras de questionamento à ordem social, panorama no qual se enquadra a base das teorias da contracultura.

Finalmente, creio que a partir desses extratos de depoimentos consegui tecer algumas reflexões no que tange ao objetivo do artigo proposto. Penso que essas diferentes formas de classificar fenômenos sociais, condicionadas pelos habitus de classe dos agentes, influenciaram em aspectos organizacionais, estéticos, éticos e técnicos dos distintos periódicos alternativos – em certos momentos gerando até mesmo discussões, embates e cisões. Encaro isto como uma luta pelo capital simbólico de realizar publicações no *locus* de difusão e legitimidade que são os jornais e, assim, ter validado o ponto de vista defendido por um grupo específico.

#### **4. Algumas considerações possíveis**

Retorno ao que frisei na introdução deste artigo: a intenção aqui proposta se trata de estimular reflexões sobre a divisão entre as duas categorias propostas. Entendo que corro o risco de tomar casos particulares como se tratassem do universal, tendo em consideração que a minha empiria se baseia em somente quatro depoimentos. Outro problema que poderia ser apontado, trata-se de ter vulgarizado as visões desses grupos – o que de modo algum é a minha intenção, possuo muito respeito pelos jornalistas de ambas as vertentes e acredito que suas lutas simbólicas e materiais fizeram sentido no plano histórico-concreto.

O subcampo da imprensa alternativa embora frágil e constantemente tensionado, não pode ter sua proeminência subestimada. Julgo que o modelo ético-político defendido por aqueles jornalistas beneficiou, nas devidas proporções históricas, a deslegitimação do projeto ditatorial brasileiro. Penso que a resistência, em último nível, classificava-se enquanto uma resistência pela autonomia do próprio campo. Os quatro agentes analisados mostram, nos extratos de seus relatos, como ambas as correntes expostas e categorizadas (KUCINSKI, 2018) influenciaram nos rumos, na ação política, cultural e organizacional da imprensa alternativa.

*Pós-escrito:* enquanto revisava este artigo, descobro que o jornalista que realizou as entrevistas de “Resistir é Preciso”, Ricardo Carvalho, faleceu.

Minha singela lembrança e homenagem. *In memoriam.*

## Referências

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2015.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

\_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel, NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: no tempo da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 2018.

LAGO, Cláudia. **Pierre Bourdieu e algumas lições para o Campo da Comunicação**. In: Intexto, Porto Alegre, n. 34, p. 728-744, 2015.

\_\_\_\_\_. **O romantismo morreu? Viva o romantismo!**: Ethos romântico no jornalismo. 2003. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MACIEL, Luiz Carlos. **Geração em Transe: Memórias do Tempo do Tropicalismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MARX, Karl. **Os Pensadores: Marx**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

NAPOLITANO, Marcos. A resistência cultural durante o regime militar brasileiro: Um novo olhar historiográfico. In: **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.** (Org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Editora Contexto, 2018, 365p.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

PEDRO NETO, Leopoldo. **Construção do *ethos* de resistência jornalística na imprensa alternativa durante a ditadura militar brasileira:** estudo dos depoimentos do projeto *Resistir é Preciso*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2020, 254p.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou.** 2.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

#### **Entrevistas**

BARROS FILHO, Omar de. Omar “Matico”. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

KEHL, Maria Rita. Maria Rita Kehl. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. Bernardo Kucinski. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

PEREIRA, Raimundo. Raimundo Pereira. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.